



INFORMATIVO CORES FASC/SIMPA

17 de setembro de 2015

Denúncias na mídia mascaram o abandono governamental

Há muito tempo buscamos a imprensa para denunciar a grave situação da rede de proteção em Porto Alegre, e foi com surpresa e repúdio que os trabalhadores da FASC leram as reportagens do jornal Zero Hora, publicadas nos dias 26 e 27 de julho (“VÍTIMAS DE ABRIGOS”, “CASAS NADA ESPECIAIS” e “MAUS TRATOS E ABUSOS”), que culpabilizam/criminalizam os trabalhadores dos serviços de acolhimento institucional pelos dramas vividos por crianças e jovens. As denúncias apresentadas não levaram em consideração a realidade das condições de trabalho precárias e desgastantes, decorrentes das superlotações, morosidade no sistema de justiça, ausência de retaguardas para as demandas de saúde mental, de educação, de habitação e de cultura. Situação que os próprios trabalhadores denunciaram, através do SIMPA, em todos os espaços de luta.

Não compactuamos com qualquer tipo de

violação ou maus tratos e defendemos a apuração dos fatos e a punição dos envolvidos. No entanto, as matérias, apesar de reconhecer que 96% dos trabalhadores não estão envolvidos, de forma tendenciosa relacionam negligências e maus tratos praticados por trabalhadores, sem debater efetivamente a situação da infância e juventude em nosso estado e município.

A situação das crianças e adolescentes reflete a falta de prioridade de investimentos por parte da FASC, dos governantes, passados 25 anos do ECA - Estatuto da Criança e Adolescente. A realidade dos abrigos é a ponta do iceberg do abandono, reflexo da omissão dos governos, das instituições e instâncias/organismos de controle e fiscalização, que deveriam garantir direitos e proteger de forma integral essas crianças.

Preocupa a lógica privatista da matéria, visto que é a principal estratégia utilizada pelos governos para se descomprometer com investimento público de qualidade.



Implantação do ponto eletrônico

A FASC não tem recursos para criar condições de trabalho dignas, nem garantir o atendimento à população em vulnerabilidade social, mas sobra dinheiro para a implantação do ponto eletrônico. A luta dos trabalhado-

res é para que o ponto eletrônico seja normatizado levando em consideração as diferenças de cada função, pois sabemos que, pela experiência no serviço público, o ponto é utilizado, por muitos gestores, como instrumento de assédio moral.



Período de luta e mobilização

Neste ano em que o Brasil está avaliando os 10 anos do SUAS – Sistema Único de Assistência Social – a população brasileira vive um período de grandes ataques aos direitos sociais, coletivos e trabalhistas. Além disso, cresce o conservadorismo, atacando valores e princípios, éticos e democráticos, que orientam a política de assistência social.

Essa conjuntura ameaça a continuidade do SUAS, pois os governos se utilizam da crise para cortar orçamento e reduzir investimentos. Os trabalhadores da FASC vêm dando exemplo de luta e mobilização, denunciando e resistindo ao desmonte e precarização. Tiveram participação expressiva na greve geral deste ano e na XI Conferência, cobrando um SUAS de qualidade, com valorização e dignidade no trabalho.

Trabalhadores da FASC fazem protesto e denúncia durante a XI Conferência

Em julho, os trabalhadores FASC, organizados pelo FOMTAS, participaram combativamente na XI Conferência Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, expondo a realidade do SUAS na Capital, após uma década da sua existência. A plenária final contou com a participação de cerca de 250 delegados dos segmentos usuários, trabalhadores, entidades e gestão.

Em carta aberta, os trabalhadores expuseram a contradição em que convivem, de prover a proteção social num contexto de precarização:

faltam trabalhadores, segurança, estrutura física e material. Diante dessa realidade, o questionamento apresentado foi “QUE PROTEÇÃO SOCIAL É ESSA QUE TEMOS HOJE?”, com o objetivo de encaminhar as mudanças necessárias ao avanço do SUAS.

Foram aprovadas diversas moções de repúdio, relacionadas à diminuição do orçamento, a falta de autonomia na gestão dos recursos pela FASC, ao assédio moral, à terceirização e à precarização, demonstrando um momento crítico para trabalhadores e usuários da assistência.



Diferença salarial é descaso!

Os trabalhadores do SUAS, tanto na FASC como na rede socioassistencial conveniada, são os que possuem a menor remuneração entre as secretarias municipais. Isso demonstra a desvalorização desses trabalhadores que convivem e lidam com a vulnerabilidade social.

Para citar um exemplo, comparamos o vencimento de dois profissionais, com o mesmo período de ingresso e que desempenham a mesma função. Na Saúde, um assistente administrativo recebe remuneração de R\$ 3.704,29 e, na FASC, na mesma função, a remuneração é de R\$ 2.312,18. Quase R\$ 1.400,00 a menos.

GFASC JÁ!

A nossa valorização e o respeito à isonomia salarial passa também pela criação da Gratificação da FASC (GFASC), uma luta da categoria desde 2013.

ATO PÚBLICO DA FASC por condições de trabalho, valorização e



Chega de descaso e omissão do governo!

Lutamos pela implantação do plano de carreira dos servidores da FASC, pela GFASC, pela nomeação de concursados, pelo fim das terceirizações, e pelo cumprimento do repasse de verbas dos programas.

CORES FASC

Simpa
Sindicato dos Municipais
de Porto Alegre

www.simpa.org.br

Governo diminui quadro de servidores e amplia terceirização

Em 2014, após muitos anos de luta, conquistamos o Projeto de Reordenamento da FASC. Foram criados 655 cargos na assistência, mas ainda não vimos materializadas nem as 70 nomeações previstas para 2015. Também não foi iniciado o processo para concurso de educadores sociais e psicólogos. Por outro lado, 69 trabalhadores da FASC aderiram ao PDV – Programa de Demissão Voluntária – aumentando a defasagem.

Hoje, no quadro de servidores, 872 cargos estão vagos e somente 315, ocupados. No anexo III do Reordenamento, o governo apresentou um “escalonamento” para nomeação de concursados. Em 2014, seriam 12 e, em

2015, 70 profissionais. Até o momento, só há a promessa de 26 nomeações (20 assistentes sociais e seis técnicos em nutrição) e, mesmo assim, com mais um escalonamento: 10 assistentes, em setembro, outros cinco, em outubro, e mais cinco, em novembro.

Enquanto o número de servidores diminui, o governo amplia a contratação de empresas terceirizadas e sinaliza com um novo PDV. Em 2012, nos CRAS e CRES, eram 205 trabalhadores terceirizados, e, em 2014, o número passou para 271, conforme demonstra o Censo SUAS 2014. Nesse mesmo período, o número de estatutários passou de 107 para 100 trabalhadores.



Redução sistemática do orçamento da assistência

O governo municipal opta pela centralização e falta de transparência na gestão. Para tanto, institui mecanismos de avaliação das despesas cotidianas das secretarias coordenadas pela Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamentário. Em relação à FASC, desconsidera a avaliação técnica e limita a autonomia da instituição.

O patamar de investimento na assistência social, nos últimos 10 anos, não avançou. A luta histórica por 5% do orçamento fiscal do município na assistência social nunca foi

atingido. Em 2004, representava 3,26% do orçamento e, para 2015, a previsão é de 2,98%. Os recursos de 2014, que eram de R\$ 196.535.024, foram reduzidos para R\$ 183.785.404 (dados do Portal Transparência). Ainda assim, o governo reduziu os recursos previstos e orçados em 2015, e, até agosto deste ano, reteve até mesmo o repasse das transferências federais, comprometendo e precarizando ainda mais os serviços.

A tendência, para 2016, é manter o mesmo orçamento, sem fazer o reajuste da inflação.

PAUTA DE LUTAS DOS TRABALHADORES DA FASC

- ▶ Isonomia salarial;
- ▶ criação da Gratificação da FASC (GFASC);
- ▶ provimento dos cargos vagos e realização de concurso público, principalmente para educadores sociais, assistentes administrativos e psicólogos;
- ▶ implementação do difícil acesso e difícil provimento;
- ▶ gestão democrática;
- ▶ implementação da mesa de negociação;
- ▶ revisão dos laudos de insalubridade.

Luta pelas nomeações



Mais de 30 assistentes sociais aguardam a nomeação para provimento de cargos na FASC. As nomeações deveriam ter ocorrido no primeiro semestre de 2015, conforme compromisso assumido pelo presidente da FASC em reunião com o SIMPA e a comissão dos aprovados no concurso. O grupo está mobilizado e participa dos movimentos dos trabalhadores do SUAS e também conquistou espaço na XI Conferência. Os trabalhadores da assistência apoiam essa luta.